

Ser-se mais do que *velho*: tempo, memória e velhice no contexto de um Lar

Patrícia Ribeiro Mendes Alves de Matos

1. Nota Breve

A comunicação que aqui se apresenta resulta de uma pesquisa¹ onde se procurou analisar por um lado, o modo como a velhice é *experienciada* no contexto de um Lar, e, por outro lado, perceber como através da memória os residentes do Lar reconstroem a sua identidade, tendo em conta as particularidades do seu trajecto biográfico e as condicionantes da situação presente.

O conceito de *experiência* a que nos referimos advém de duas correntes de pensamento desenvolvidas no seio das ciências sociais. A corrente filosófica da fenomenologia forneceu um conjunto de conceitos, que foram introduzidos na Antropologia, com o intuito de desenvolver uma *fenomenologia socio-antropológica*. Entre os vários autores que o fizeram um deles foi Alfred Schutz, cuja preocupação

¹A pesquisa foi conduzida com os seguintes objectivos: 1) reflectir sobre a questão da velhice na sua dimensão social e demográfica; 2) pensar a condição daquele que envelhece e a categoria para a qual é remetido: o *velho*; compreender qual o significado da memória, presente nas lembranças narradas e no tempo vivido pelos residentes, no modo como os velhos gerem a sua nova condição de residentes permanentes de um Lar, perceber como pela narração do seu passado os residentes reconstroem a sua identidade. Ver Matos, Patrícia (2003) *Ser-se mais do que velho: tempo, memória e velhice no contexto de um Lar*, dissertação para obtenção do grau de licenciatura em Antropologia, FCSH/UNL.

consistia em responder à seguinte questão: *como explicar a constituição do sentido no mundo social e, por conseguinte, como apreender a realidade processual do sentido comum na que se move e vive o actor social?* Uma resposta possível seria: *é em função da e na «experiência vivida», que se constitui o grupo social, um «nós fusional» a que se adere por «necessidade vital», um «nós produtivo» ou associativo de características racionais ou um «nós» cultural identitário. Em qualquer caso é a «inter-subjectividade» que está na origem da experiência vivida colectivamente...* (Casal, 1996: 39/40). Deste modo o mundo objectivo seria composto por redes de inter-subjectividade, cujo sentido era assegurado na acção social do “eu” face ao “outro”.

A teoria da prática², ou conhecimento praxiológico, desenvolvida por Pierre Bourdieu, permite-nos situar a *experiência* do sujeito nas condições objectivamente estruturadas (sublinhe-se que no espaço social estas condições são marcadas por uma distribuição desigual de poder, da qual resultam posições assimétricas), que delimitam as possibilidades de concretização da acção social; sendo que esta acção, ou prática, é orientada por *esquemas generativos*, constitutivos do *habitus*, interiorizados por cada indivíduo ao longo do processo de socialização. A interiorização pelos sujeitos de valores, normas e princípios sociais, contidos no *habitus*, parece-nos ser determinante no modo como a vida é *experienciada* ([1972]2000: 95).

Posto isto, e resumindo, procurou-se verificar como no acto de lembrar as suas vidas os residentes reconstroem a sua identidade pessoal e social, à luz do seu passado e do seu presente, como a sua *experiência* da passagem do tempo, e a evocação desta experiência, é essencial para os sujeitos manterem a sua individualidade numa instituição que tende a homogeneizar e a dissolver estas mesmas particularidades³.

Para concretizar o estudo da problemática referida foi efectuada *observação participante* num Lar privado, em Lisboa. Através da metodologia emblemática da antropologia procurou-se recolher dados relacionados com o quotidiano da instituição e dos sujeitos estudados, os *velhos*, conduzindo a pesquisa, conforme nos sugere Robert G. Burgess, *numa óptica de observação que envolve o estabelecimento de relações entre o investigador e o investigado* (1997: 2). Durante este período foram recolhidos dados sobre as rotinas e regras de funcionamento do Lar, com a intenção

² Sobre a importância da teoria da prática na Antropologia ver, por exemplo, Ortner (1984).

³ Mais adiante iremos justificar como analiticamente os Lares de Terceira Idade podem apresentar características que conduzem a uma perda de individualidade nos sujeitos que aí vivem.

de apreender quais as características das condições objectivas, instituídas, determinantes nas relações que os residentes estabelecem entre si; e perceber também até que ponto a experiência de envelhecer dos próprios residentes é em si mesma, em parte, um produto destas mesmas condições. No decorrer da observação participante foram efectuadas entrevistas com o objectivo de elaboração de *histórias de vida*⁴.

Para Juan Pujadas a *história de vida*, deve-se constituir como o método central, entre as aproximações qualitativas nas ciências sociais. A história de vida, ou método biográfico, iria permitir ao investigador situar-se no ponto crucial de convergência entre: 1) *o testemunho subjectivo de um indivíduo à luz da trajectória vital, das suas experiências, da sua visão particular*, e 2) *a plasmação de uma vida que é o reflexo de uma época, de umas normas sociais e de uns valores essencialmente partilhados com a comunidade da qual se faz parte* (1992: 13). Os testemunhos biográficos recolhidos no contexto do Lar pretendem ser exemplificativos da importância do acto de lembrar um trajecto, que para os residentes é condição da sua mais íntima individualidade e fonte de identidade. A importância destes testemunhos reside no facto de serem simultaneamente uma abordagem subjectiva, que os sujeitos concretizam pela lembrança, face ao seu passado e presente; e por apresentarem regularidades sociais, disposições, uma vez que consideramos que ao relembrar o sujeito fá-lo segundo um *habitus*⁵, isto é, segundo um sistema de valores socioculturais incorporados em experiências passadas, ao longo do processo de socialização.

Iremos aqui procurar desenvolver dois eixos de um mesmo fenómeno, a *velhice*: o modo como esta é identificada e delimitada por representações sociais e espaços objectivos instituídos para os velhos, como os Lares; e o uso individual do passado, do tempo vivido, através do qual os *velhos* reconstroem a sua identidade. Os *velhos*, depois de viverem a sua vida, ao relembrarem o passado, estão a reconstruir a matéria de que foi feita a sua vida. Esta reconstrução implica uma impossibilidade de se reviver o passado de igual forma no presente, porque o ponto de vista do *velho* irá

⁴ Sobre esta metodologia ver, por exemplo, Casal (1997) ou Roberts (2002).

⁵ Pierre Bourdieu permite com o conceito de *habitus* superar a dicotomia objectivismo/subjectivismo; definindo o *habitus* como: *...sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações...* (tradução livre do original, [1972]2000: 72). O autor ao longo do livro vai clarificando esta densa definição de *habitus*: um sistema de disposições duráveis que formam uma matriz de percepção, apreciação e acção, realizada em determinadas condições sociais.

sempre *modelar* e *desfigurar* as recordações, a partir do contexto presente⁶. Por último apresentamos aquilo que consideramos ser a síntese dos eixos referidos anteriormente: uma abordagem da *experiência* individual da passagem do tempo, protagonizada por dois residentes do Lar, que reconstruíram as suas vidas sob a forma de lembranças contadas num Lar. Pretendeu-se verificar como a temporalidade experienciada pelos indivíduos no decurso das suas vidas advém de descontinuidades estruturadas socialmente; e como a memória é um meio preferencial para evocar o tempo que se viveu. A particularidade de lembrar um trajecto de vida, na velhice, no contexto de um Lar, advém da relação entre memória e identidade, que iremos procurar clarificar.

2. A construção social da *velhice*

Ao explicitar o modo como a noção de velhice é construída socialmente pretendemos evitar incorrer em reificações⁷ da realidade social, pretendemos não *naturalizar* um conceito como a *velhice*, que em si mesmo carrega significados e valores, variáveis segundo o contexto socio-histórico em que estes são criados. Em resumo significa entender que o *envelhecimento é um processo biológico, conceptualizado culturalmente, socialmente construído e conjunturalmente definido* (Lima e Viegas, 1988: 149).

É impossível negar o declínio biológico a que todos estamos sujeitos. No entanto, a vivência social do envelhecimento é distinta consoante o contexto em que ocorre. De acordo com Guita Debert a *velhice* não é uma categoria universal. Tal como outras etapas do ciclo de vida a velhice é elaborada simbolicamente com rituais

⁶ Esta formulação posta deste modo é sugerida por Ecléa Bosi. Na construção do objecto de estudo da presente pesquisa foi de grande influência a sua obra, na qual a autora entrevista vários velhos, que têm em comum a vivência na cidade de São Paulo, e procede à elaboração das suas histórias de vida. Para ilustrar o âmbito do seu trabalho diz-nos a autora: *talvez deva insistir em duas negativas para delimitar bem o âmbito da obra: não pretendi escrever uma obra sobre memória, tampouco sobre velhice. Fiquei na intersecção dessas realidades: colhi memórias de velhos* (1995:39).

⁷ Seguimos o conceito de reificação sugerido por Peter L. Berger e Thomas Luckmann; para os autores a reificação consiste na *apreensão dos fenómenos humanos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos ou possivelmente super-humanos. Outra maneira de dizer a mesma coisa é que a reificação é a apreensão dos produtos humanos como se fossem algo diferente de produtos humanos, como se fossem fatos da natureza, resultados de leis cósmicas ou manifestações da vontade divina. A reificação implica que o homem é capaz de esquecer a sua própria autoria do mundo humano, e mais, que a dialéctica entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência* ([1966]1978: 122). Para nós ao fazer o processo inverso, ao desreificar categorias socialmente produzidas, como a noção de *velhice*, estamos a clarificar e a procurar combater a naturalização de associações, como a que é feita entre velhice e senilidade, que são em si mesmo uma fonte de sofrimento para aqueles que vivenciam o envelhecimento.

experienciados pelos sujeitos e que contribuem para a sua construção histórica e social. O conceito de Terceira Idade⁸ surge no contexto das sociedades ocidentais contemporâneas e implica a construção de uma etapa de vida entre a idade adulta e a velhice, associada a um conjunto de práticas, instituições e agentes para uma categoria etária específica (Debert, 1998: 53).

As representações da *velhice* são construções operadas por cada sociedade que remetem para configurações de valores distintas consoante o contexto histórico, e que se ramificam pela classe social, o género ou a religião. Concordamos que *a concepção do envelhecimento como um processo de declínio, só tem sentido em abstracto quando referente a um processo natural e biológico do envelhecimento; enquanto fase do processo de desenvolvimento do ciclo de vida, corresponde a uma transformação social que pode conferir ou retirar prestígio aos indivíduos* (Lima e Viegas, 1988: 133). No contexto das sociedades industrializadas a velhice surge associada a um *problema social* decorrente de vários factores, entre os quais, o impacto compulsivo da reforma, o desaparecimento da família nuclear, o impacto da industrialização e da urbanização, o aumento dos índices de mobilidade geográfica e social (Fennel, Philipson e Evers, [1988]1993: 45). Segue-se que, numa lógica de maximização do lucro os velhos são caracterizados pela sua improdutividade, sendo o seu isolamento institucionalizado desde o séc. XIX com a criação de espaços específicos para os mesmos, como seja os asilos. A velhice passa a ser encarada como uma doença social (Lima e Viegas, 1988: 156).

Haim Hazam refere que a perspectiva da velhice como um ‘problema social’ pressupõe uma *linguagem de separação*, que trata os *velhos* e os *não-velhos* como duas categorias distintas de seres humanos. Uma primeira manifestação desta separação está relacionada com o modo como os não-velhos se relacionam com os velhos. De acordo com o autor, os velhos são despersonalizados do seu trajecto de vida e dos seus quadros sociais de referência; esta perspectiva serve para legitimar projectos e políticas estatais que tratam aqueles que são velhos como uma categoria homogénea, um grupo humano distinto, para o qual são criados programas e espaços separados do resto da comunidade. Uma segunda manifestação concretiza-se no domínio económico: a velhice é perspectivada como uma categoria não produtiva, remetendo os velhos para uma posição socialmente marginalizada, legitimando uma

⁸ Sobre a emergência do conceito de terceira idade ver Laslett ([1989]1996).

imagem de dependência face à sociedade envolvente. Uma terceira manifestação revela-se na segregação imposta aos velhos quando necessitados de cuidados médicos. De acordo com Hazam: *irrelevant to our discussion is the fact that many aged persons suffer from various illnesses; rather, it is the ageing itself that is seen as a disease. The social image of the entire phenomenon of ageing has been transformed into a pathology* (1994: 19).

Para este autor, o tão falado ‘problema social’ da velhice não é dos velhos, mas daqueles que se relacionam com eles, tratando-os como um problema, para o qual é necessário arranjar soluções. Estas podem ser classificadas segundo dois eixos que determinam o tipo de relação social estabelecida com os velhos. O primeiro eixo vai da ‘integração’ e ‘envolvimento’ até situações de ‘desengajamento’ e ‘segregação’; o segundo eixo da ‘humanização’ para a ‘desumanização’. As combinações sociais destes dois eixos resultam numa variedade de situações. Uma combinação referida pelo autor, com especial importância para o presente texto, é entre separação e desumanização. A combinação destes dois eixos, como solução para o ‘problema’ da velhice é manifesta em instituições, como os Lares, exclusivamente para os velhos. Em muitas destas instituições a heterogeneidade inerente a um grupo de pessoas é dissolvida no funcionamento institucional do espaço e práticas associadas, como iremos clarificar mais adiante. Hazam demonstra-nos como a combinação cultural e simbólica dos eixos referidos contribui para moldar [construir] quadros e imagens sociais sobre a velhice, que condicionam a *experiência* daqueles que envelhecem. A ausência de significado social rejeita e oprime os indivíduos, causando um sofrimento invisível, produzido por políticas que pretendem justamente o contrário: *a sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalho ele já não é produtor nem reproduzidor* (Bosi, 1995: 77).

3. A velhice em contextos específicos: os Lares

Os contextos específicos a que nos referimos enquadram-se nesta definição: *um espaço físico exclusivamente para o uso de pessoas que se enquadram na categoria etária de velhos, e onde estes passam uma parte substancial do seu tempo*

(tradução livre do original, Fennel, Phlipson e Evers: [1988]1993: 138). Neste sentido enquadram-se aqui instituições como os Centros de Dia ou os Lares de Terceira Idade, espaços exclusivamente direccionados para um grupo etário. Analiticamente estes espaços podem ser pensados como *instituições totais: na terminologia de Goffman, consistem em lugares de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada* (Fernandes, 1997: 146). Aquilo que o referido autor considera serem *instituições totais* apresentam características gerais que as definem como um tipo-ideal.

Uma primeira característica é o facto da instituição ser uma barreira (física e psicológica) para os seus residentes, face ao mundo exterior, e as interacções que daqui poderiam advir. Em segundo lugar, os residentes vêem-se na contingência de passar todo o seu tempo no espaço da instituição; aqui, todas as rotinas e tarefas estão subordinadas a uma autoridade *manipuladora e centralizadora*. Daqui decorre uma terceira característica: a instituição possui uma única autoridade. Um quarto elemento caracterizador refere-se ao funcionamento racionalizado da instituição, orientado para um determinado fim, estabelecido culturalmente. Segundo Maria Joana Pinto Rodrigues daqui decorre uma última característica: *este é um elemento fundamental se se tiver em conta uma última característica das instituições totais. Estas impõem cultura, que constitui uma contravisão do mundo, que coloca os frequentadores numa posição de distanciamento em relação à cultura institucional* (1999: 75).

Esta posição de distanciamento face à sociedade envolvente dilui as particularidades da trajectória biográfica de cada um dos residentes, algo sentido pelos residentes como uma opressão face à individualidade que os caracterizava antes da entrada para o Lar. Aquilo que torna cada indivíduo uma pessoa é ritualmente diluído em rotinas produzidas pelo *fechamento e totalitarismo* que caracterizam o Lar (Rodrigues, 1999: 77). O facto de serem espaços segregados do resto da comunidade contribui para a construção do que se considera ser *velho*⁹.

⁹ Sobre a relação entre espaço físico e espaço social diz-nos Pierre Bourdieu que o espaço físico ocupado por um dado indivíduo localiza-o no espaço social, coloca-o relacionalmente numa dada posição social, isto é, as estruturas do espaço físico reproduzem as estruturas do espaço social ([1993]1997: 162). A diferença de capital apropriado pelos agentes delimita as suas possibilidades de *mobilidade espacial*. No caso dos residentes do Lar (no qual efectuámos observação participante), estes estão, conforme nos sugere o autor, *presos a um lugar*; a violência simbólica sentida pelos residentes do Lar está inscrita no espaço: a falta de privacidade dos quartos, o acto de comer uma refeição com os rostos virados para a parede, ou o afastamento das camas das paredes, ordenado pelo segurança social.

O velho que vive num Lar experiencia um *estigma*¹⁰ que advém das relações entre o que socialmente se considera ser velho, a categoria instituída para a qual é remetido; e o espaço físico do Lar que reproduz pelas práticas associadas de tratamento dos seus residentes uma imagem dos velhos como incapacitados, débeis, dependentes. Debora Paterniti efectuou a sua pesquisa numa residência privada para velhos e doentes mentais. A autora interpreta os resultados com base no conceito já referido de *instituição total* desenvolvido por Erving Goffman. Ao longo do artigo a autora tenta clarificar como os residentes reivindicam uma identidade que diverge dos rótulos que lhes são aplicados pelos funcionários da instituição, com base em identidades e preferências passadas, contra os imperativos da instituição (2003: 59). Contra as rotinas sistematizadas da instituição a autora notou a importância das narrativas pessoais dos residentes na reconstrução de uma identidade que aparentemente se dilui nos ritmos da instituição. Esta ‘reivindicação identitária’ é exemplificada pela forma como três residentes da instituição acentuam uma dimensão da sua vida, do passado, que delimita a sua individualidade (2003: 68).

O trabalho desenvolvido por esta autora, e outros, ajudou-nos a compreender a experiência de observação participante que levámos a cabo no Lar. Desde o primeiro momento, desde a primeira conversa que tivemos com um dos residentes, mesmo quando a pergunta era relacionada com a vida que levavam no Lar, a resposta alargava-se para que fosse feito o contraponto com as suas vidas antes da entrada para o Lar. A conversa levar-nos-ia sempre a um momento do seu passado, a uma lembrança sobre a família, o trabalho ou a meninice na escola. A memória era o suporte da narrativa pessoal que os distinguia, que os tornava pessoas cujas diferenças e semelhanças com os outros eram encontradas na sua experiência individual de passagem do tempo.

O acto de relembrar, de narrar a sua experiência de vida, conferia aos residentes um significado pessoal e social que lhes fora retirado com a entrada para a instituição, conforme com o que afirma Eclea Bosi: *há um momento em que o homem*

¹⁰ Erving Goffman desenvolve o conceito de estigma como uma discrepância entre a *identidade social virtual* e a *identidade social real*. Esta discrepância ocorre quando um atributo de um dado indivíduo o coloca numa dada categoria, sobre a qual podem ser derivadas conotações pejorativas, instituídas como as ‘reais’ características identitárias do sujeito ([1963]1988: 12). De grande importância para a compreensão do estigma sofrido pelos velhos que são desenraizados das suas redes de sociabilidade e convivência aquando da entrada para o Lar é o conceito de *carreira moral* do estigmatizado: processo de socialização, durante o qual a pessoa estigmatizada *incorpora o ponto de vista dos normais*, em relação à sua identidade. Um dos modelos desta *carreira moral* pode ser iniciado pela admissão a uma dada instituição, como seja um Lar ([1963]1988: 46).

maduro deixa de ser um membro activo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento da velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade (1995: 63). No contexto do Lar os residentes, pela rememoração, negam uma identidade destituída de significado e capacidades. Tal como é veiculada socialmente a imagem da velhice, o passado vivido assume assim uma enorme importância naquela que foi e é a sua identidade, assegurando uma função social: a função de lembrar. Pelas razões referidas tentaremos clarificar algumas questões relacionadas com as dimensões interdependentes da memória social e individual e a especificidade da rememoração na velhice, sendo que para nós esta rememoração é constitutiva da reconstrução identitária dos velhos no contexto do Lar.

4. Tempo, memória e identidade

No contexto das ciências sociais, nomeadamente na Antropologia, o estudo do tempo esteve quase sempre presente enquanto uma das dimensões da vida social. No entanto, só a partir dos anos 80/90 começa a delinear-se uma antropologia cultural do tempo, com o objectivo central de analisar os processos socioculturais pelos quais a temporalidade da vida humana é construída¹¹.

Michael Young analisa a dimensão cíclica e linear do tempo, que considera serem complementares. O autor assinala a dimensão cíclica do tempo pela permanência de “três ciclos”: os genes, o hábito e a memória. Por analogia ao “relógio biológico” o autor procura perspectivar o que considera ser o “relógio sociológico” que é tão omnipresente e sincronizador quanto o primeiro por força do *hábito* e do *costume* (1988: 76). Um modo de estruturar socialmente o tempo está relacionado com a divisão do ciclo de vida biológico em grupos de idade que remetem para determinadas categorias: criança, adulto ou velho.

A estruturação social do tempo em grupos de idade é, segundo Jenny Hockey e Allison James, constituída por rituais que acompanham as transições pelas quais o indivíduo passa ao longo da sua vida, desde o nascimento, infância, a vida adulta e a velhice, e que remetem para uma determinada identidade social. Para as autoras Arnold Van Gennep foi o primeiro autor a analisar o modo como ritualmente os indivíduos passavam de uma dada categoria social baseada na idade (à qual está

¹¹ Sobre este assunto ver, por exemplo, Nunn (1992), Adam (1994) ou Giddens (1987).

associada uma identidade) para outra (2003: 24). As transições entre categorias eram efectuadas através de um esquema comum, *o rito de passagem*¹², um modelo que sugere que o ritual é constitutivo da experiência de passagem do tempo.

Poderíamos considerar que o envelhecimento biológico é acompanhado de um envelhecimento social, ritualmente estruturado em categorias de acordo com a idade, e que são constitutivos da identidade social do sujeito em dado momento da sua vida, incluindo na velhice¹³. Os significados sociais associados à velhice e outras fases do ciclo de vida estarão sempre dependentes do contexto em que ocorrem. O modo como apreendemos a passagem do tempo, o envelhecimento, está dependente de ‘processos sociotemporais’ que atribuem um significado socialmente partilhado à primeira ruga que nos surge no rosto. Os ‘processos sociotemporais’ tendem a ser repetitivos, padronizados ritualmente, sabemos que outros já experienciaram esta mesma dimensão cíclica do tempo, simultaneamente sabemos que apesar de repetitivo o tempo é irreversível. Na experiência individual da passagem do tempo coexistem as suas duas dimensões: cíclica e linear.

Michael Young e Barbara Adam concordam que só no presente podemos experienciar o passado e futuro. Esta última refere: *past and future can only be lived, experienced, related to, interpreted, sought out, captured, recaptured, or preserved in the present. Any reality that transcends the present has to exhibit itself in the present* (1994: 143). Para esta autora a capacidade de *transcendência* do ser humano está

¹² Arnold Van Gennep explicita que *o esquema completo dos ritos de passagem admite em teoria ritos preliminares (separação), liminares (margem) e pós-liminares (agregação)*, (1978: 31). Segundo o autor: *para os grupos, assim como para os indivíduos, viver é continuamente desagregar-se e reconstituir-se, mudar de estado e de forma, morrer e renascer. É agir e depois parar, esperar e repousar, para recomeçar em seguida a agir, porém de modo diferente. E sempre há novos limiares a atravessar, limiares do verão ou do inverno, da estação ou do ano, do mês ou da noite, limiar do nascimento, da adolescência ou idade madura, limiar da velhice, limiar da morte e limiar da outra vida – para os que acreditam nela* (1978: 157).

¹³ Concordamos com o argumento central desenvolvido por Richard Jenkins sobre a noção de identidade social. Ao contrário de alguns autores contemporâneos que teorizam a identidade como algo imutável, como uma essência, Jenkins perspectiva *a identidade social como um processo*: a construção da identidade é operada segundo dois princípios dinâmicos, a similaridade e a diferença, no contexto de interacção social e institucionalização. Daqui advém que todas as identidades (individuais e colectivas) são constituídas através da *dialéctica de identificação interno/externo*, esta enforma as auto-definições (interno) e as definições (externo) que nos são atribuídas pelos outros. A identidades social condensa duas instâncias, a *nominal* e a *virtual*. A primeira refere-se à categoria/rótulo com o qual o indivíduo é identificado; a segunda tem que ver com a experiência vivenciada dessa mesma categoria. A identidade social de velho é experienciada quotidianamente pelos residentes do Lar numa dialéctica permanente entre a categoria de *velho* (nominal) e o *ser-se velho* (virtual). Nem o nominal é mais ‘real’ do que o virtual ou vice-versa; eles são aspectos do mesmo processo. Por um lado existe o rotular ou nomear categoricamente os indivíduos, por outro lado existe as acções do indivíduo e as suas respostas face ao contexto. *Todas as identidades combinam o nominal e o virtual. É na interacção entre ‘carreiras de identidade’, juntando o colectivo e o individual que as dimensões nominal e virtual emergem como elementos significativos da biografia* ([1996]2003: 79).

relacionada, por um lado, com a transitoriedade e a finitude humana e, por outro lado, com a capacidade de evocar, a partir do presente, o passado e o futuro. A evocação do passado ou o ‘trabalho da memória’ foi o argumento que lançamos inicialmente: lembramos o passado para reconstruir o que somos no presente.

Por sermos ‘criaturas do tempo’, a memória assume-se como o meio preferencial pelo qual evocamos a experiência de um tempo socialmente estruturado, e aquele que é o nosso mais íntimo tempo, contido naquelas que são as *nossas* memórias. As lembranças que temos do nosso trajecto de vida referem-se a acontecimentos particulares pelos quais passámos, vividos em determinados contextos sociais, mas que assumimos como ‘invioláveis’, como tendo sido apenas nossos (Lowenthal, 1985: 195). Todavia, para que as nossas recordações tenham significado e sejam validadas confiamos na sua partilha com os outros.

Maurice Halbwachs foi um dos primeiros autores a dedicar-se ao estudo da memória enquanto fenómeno social¹⁴. O objecto de estudo, para Halbwachs, é a memória na dependência dos *quadros sociais*, isto é, as operações da memória não são simplesmente mediadas pelos contextos sociais, mas estruturadas pelos mesmos. A memória de um indivíduo irá depender do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, e todos os grupos de referência e convívio particulares a esse indivíduo. Só através da pertença a um grupo social os indivíduos são capazes de adquirir e evocar as suas memórias, embebendo a memória individual na memória do grupo, a memória colectiva: *it is in this sense that there exists a collective memory and social frameworks for memory; it is to the degree that our individual thought places itself in these frameworks and participates in this memory that it is capable of the act of recollection* (Halbwachs, [1941]1992: 38).

Para Halbwachs a linguagem possui primazia como instrumento socializador da memória. A linguagem veicula noções gerais, que moldam a forma como o passado é reconstruído. Estas noções estão relacionadas com relações de espaço, relações de tempo e relações de causa e consequência, que operam no interior da recordação, estruturando a memória de acordo com as mesmas, veiculadas pela linguagem. A simples evocação verbal de uma lembrança transforma a minha memória numa memória social porque introduz no acto de lembrar convenções

¹⁴ Sobre os trabalhos efectuados nesta área ver o excelente artigo de Jeffrey K. Olick e Joyce Robbins (1998).

sociais associadas a um determinado grupo. O autor enfatiza o papel das instituições, com especial destaque para a família, na formação e persistência das memórias¹⁵. São os vínculos sociais das lembranças que permitem a sua durabilidade, e por isso é necessário *fixar a pertinência dos quadros sociais e das instituições e das redes de convenção verbal no processo que conduz à lembrança* (Bosi, 1995: 64). A dissociação entre memória individual e social é infrutífera uma vez que o sujeito que relembra (sublinhe-se que apenas este pode lembrar) fá-lo segundo matrizes sociais (constitutivas do *habitus*): *em si mesmo e por si mesmo, a memória é simplesmente subjectiva. Ao mesmo tempo, contudo, a memória é estruturada pela linguagem, pela aprendizagem e pela observação, por ideias colectivas e pela experiência partilhada com os outros. Isto faz com que a memória seja também social* (Fentress e Wickham, 1992: 7).

A *memória feita corpo* (a sedimentação da memória no corpo permite preservar deliberadamente o passado sem o representarmos explicitamente com palavras ou imagens; como é exemplo a memorização de posturas socialmente legítimas atribuídas aos homens e às mulheres) conforme nos refere José Sobral, pode também ser uma estratégia de resistência, face à imposição de uma identidade social a um grupo numa posição hierárquica inferior. Debruçando-se sobre o contexto rural este autor, assim como outros¹⁶, propõe-nos que a memória de cada indivíduo é constitutiva de uma identidade diferenciada socialmente, construída ao longo de uma trajectória que é para o indivíduo, a sua vida (1998: 41). A relação entre experiências vividas no passado e identidade é para o presente texto de grande importância. Lembrar um trajecto de vida, na velhice, implica um trabalho de selecção e reconstrução operado pelo sujeito no presente, delimitado pelas matrizes sociais em que esteve implicado durante a sua vida. A memória de cada sujeito é portadora de um conjunto de referências sociais: num dado presente o indivíduo gere a sua nova

¹⁵ Paul Connerton concorda com as propostas centrais de Halbwachs, mas considera que o autor não sistematizou como, no interior do mesmo grupo social, as memórias são conservadas e transmitidas à geração seguinte. O autor defende que existe uma memória partilhada entre os indivíduos, *em qualquer ordem social*, uma memória colectiva ou social, que é conservada e transmitida através de cerimónias comemorativas e práticas corporais. A omnipresença da memória social na conduta da vida quotidiana, diz-nos o autor reside no facto de, *em todas as formas de conhecimento, fundamentarmos sempre as nossas experiências particulares num contexto anterior para garantirmos que são de todo inteligíveis (...). O mundo do inteligível, definido em termos de experiência temporal, é um corpo organizado de expectativas baseadas na recordação* ([1989]1995: 7).

¹⁶ Veja-se, por exemplo, Candau ([1996]2002), Antze e Lambek (1996), Middleton e Edwards (1992) ou Turner (1995).

condição, a sua identidade, de acordo com eixos adquiridos e aprendidos no passado. Os momentos de rememoração afiguram-se como parte constitutiva do processo em que a identidade presente é actualizada pela lembrança.

Paul Antze e Michael Lambek referem que a memória é um discurso identitário actualizado nas práticas sociais, individuais e colectivas, que envolvem os usos culturais e institucionais pelos quais a memória é objectivada e mediada, isto é, transformada em identidade. Para os autores: *who people are is closely linked to what they think about memory, what they remember, and what they can claim to remember* (1996: xxi). Os autores referem ainda que a própria estabilidade da referência pronominal, o 'eu' que recorda, pressupõe uma identidade contínua, pressupõe que o 'eu' que recorda no presente seja identificado com o 'eu' no passado.

A questão que se coloca é o porque da pertinência da memória, como suporte identitário, numa fase específica da vida de um indivíduo, a velhice? Como já referimos anteriormente, ao lembrar, os velhos estão também a ser *a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade*. Estes quadros sociais através dos quais as lembranças são verbalizadas e evocadas são também os espaços onde a identidade social do sujeito foi construída. Especialmente na velhice estes quadros de referência asseguram a continuidade do que se foi no passado para o presente.

Num trabalho efectuado sobre a memória e a construção da identidade social, na velhice, Maria Leticia M. Ferreira diz-nos o seguinte: *discutir o papel da memória no processo de envelhecimento significa, pois, abordar o locus privilegiado de construção de identidade do ser velho e as estratégias de afirmação nos espaços sociais. Reflectindo todo um universo de representações e significados, a memória, actualizada pela categoria lembrança, constitui ela própria, uma representação que os sujeitos fazem da sua vida, é do mundo do vivido que as identidades se constroem e se afirmam e é do passado que os velhos se nutrem. E de sua trajectória que se origina a própria ideia de 'eu' individualizado, formulado através do desempenho de vários papéis sociais, sendo exactamente esses papéis que irão dimensionar a sua identidade* (1998: 208). A autora refere a centralidade de memórias da família, evocadas pelos espaços da casa onde se viveu, a infância ou pelos objectos que aí estavam expostos. Estes devem ser entendidos como dispositivos simbólicos que remetem para as redes de sociabilidade associadas a vivências marcantes da trajectória de um indivíduo.

Na velhice a memória cumpre ‘um função religiosa’: *unir o começo ao fim, tranquilizar as águas revoltas do presente alargando as suas margens* (Bosi, 1994: 82), pela narração do que é lembrado. Tentamos que a memória cumprisse a sua função de ‘matriz de todas as matrizes’ no contexto de um Lar. Vimos que analiticamente este espaço pode ser considerado uma *instituição total* que provoca uma ruptura nos laços sociais e afectivos que amparam o indivíduo ao longo da sua vida. Estas condições institucionais são sentidas como uma dupla opressão: por significarem para os residentes a perda dos espaços e das pessoas que consigo partilharam a vida; e por fazerem os indivíduos viver esta perda na consciência da sua solidão, naquela que é a última etapa das suas vidas. Neste contexto, quando pedimos aos velhos que nos narrassem a sua história de vida, o que foi lembrado foi a *experiência* individual da passagem do tempo. É esta experiência que individualiza o sujeito na velhice, o que foi vivido e reconstruído pela lembrança é a substância social de uma identidade.

5. A experiência individual da passagem do tempo

Tal como referimos inicialmente, a *experiência* de vida do sujeito, e a sua rememoração, está imbuída numa matriz de redes objectivas constitutivas da identidade construída ao longo da história da sua vida. Por esta razão, Pierre Bourdieu sugere que pensar a vida de um indivíduo apenas como uma história que o próprio relata é uma ilusão, isto é pensá-la como um romance com princípio, meio e fim induz em erros analíticos ([1986]1996: 185). O único dado constante destacado pelo autor, e que imprime à identidade desde logo um carácter socialmente construído é o nome próprio, a nomeação institui uma identidade social durável num corpo biológico em permanente mutação.

Deste modo, o autor sugere que se conceptualize a experiência de vida do sujeito não como uma história linear, cronológica, mas como uma *trajectória*¹⁷. Na pesquisa que efectuámos tentamos ter sempre presente este conceito de *trajectória*. Não foi nossa intenção efectuar uma reconstituição exaustiva dos contextos sociais

¹⁷ Pensar na vida relembada como uma *trajectória* permite-nos levar em conta as constantes *colocações* e *deslocamentos* pelos quais os indivíduos passam no espaço social. Quando se é admitido numa instituição como um Lar, o deslocamento experienciado imprime marcas determinantes no modo como o trajecto de vida é reconstruído pela lembrança. Nos testemunhos que recolhemos estas marcas estão presentes, bem como outras etapas significativas, a infância e a vivência escolar, o trabalho, o casamento ou a morte daqueles que amaram.

experienciados pelo sujeito. Pedimos que nos contassem a história da sua vida, os momentos que consideravam como mais importantes. O nosso interesse, tal como para Ecléa Bosi *está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida* (1995: 37). No que foi lembrado é possível verificar que o sujeito opera, pela memória, uma síntese evocatória daquela que foi e é a sua identidade. Uma identidade construída socialmente e ancorada nos espaços físicos e sociais experienciados pelo sujeito ao longo do seu trajecto de vida.

Duas das *trajectórias* lembradas no contexto do Lar foram as da D. Maria e do Sr. Manuel¹⁸. Na impossibilidade de aqui reproduzir na íntegra as entrevistas conduzidas iremos condensar e evocar as lembranças mais significativas de dois dos residentes para demonstração do argumento que aqui desenvolvemos. Impõe-se alguns apontamentos cronológicos sobre estes dois residentes.

A D. Maria nasceu na rua do Espírito Santo ao Castelo de São Jorge, em Lisboa, em 1923. Desde os 13 anos que trabalhou na venda, no Largo de São Tomé, até aos 28 anos. Os pais, que nasceram numa aldeia perto de Coimbra, Castelo de Viegas, vieram para Lisboa. No Castelo montaram uma taberninha por baixo da casa onde ganhavam o seu sustento. O pai, que tinha sido polícia antes da D. Maria nascer, ia cedo comprar as couves e as hortaliças à Ribeira e à Praça da Figueira; aqui comprava as sacas que depois vendia no Castelo. Quando tinha 24 anos a mãe morre com broncopneumonia, e a este acontecimento sucede-se a passagem de D. Maria pelo Hospital Miguel Bombarda e pelo Hospital Júlio de Matos. Aos 18 anos começa a namorar aquele que viria a ser o seu marido e com quem teve 3 filhos. Os últimos anos que viveu com o marido moravam na Quinta da Curraleira, até aquele morrer com uma embolia pulmonar em 1987. Algo aconteceu quando aqui vivia, suponho eu que tenha sido uma traição do marido com uma vizinha, a D. Maria nunca me disse o que era concretamente, embora refira muitas vezes aquelas pessoas que lhe fizeram tanto mal. Em 1997 veio para o Lar porque já não conseguia andar sozinha, em consequência de uma infecção que apanhou na perna aos 50 anos, e devido à qual teve que ser internada 3 vezes no Hospital do Desterro.

O Sr. Manuel nasceu em 1913 numa aldeia do concelho de Esposende, Lugar de Vila Nova. A juventude é marcada pelo trabalho no campo, o cultivo do linho. Um de quatro irmãos, casa com 27 anos. Esteve casado durante dez anos até a mulher

¹⁸ Os nomes referidos são fictícios com o intuito de preservar a confidencialidade dos residentes do Lar.

morrer com pneumonia, nunca teve filhos. Aos 36 anos vem para Lisboa e começa a trabalhar no Instituto Nacional de Estatística. Aos 70 anos reforma-se. O Sr. Manuel está sempre num pequeno recanto do lar, quase não fala com todos os outros; está numa cadeira de rodas porque a perna direita foi amputada, tem uma mesa à sua frente onde toma as refeições, e uma atrás de si, por cima está a janela, onde todos os dias lê o Correio da Manhã e inclusivamente assinala com um marcador vermelho as notícias que mais lhe interessam; o Sr. Manuel está a fazer fisioterapia porque pretende pôr uma prótese para voltar a: *dar os meus passeios...*Em 1999 vai para o Lar porque já não tem autonomia suficiente para poder viver sozinho.

As evocações feitas pelos dois residentes não esgotam todo o seu trajecto de vida percorrido. Mas demonstram como a lembrança, por mais pessoal que se possa apresentar, se articula *em quadros sociais, colectivos*. Quadros esses, que estão presentes no processo de estruturação da identidade do sujeito de que o actual presente é parte. Um presente marcado pelas barreiras que o Lar institui a quem relembra; e pela imagem que veicula relativamente aos que aí vivem. O tempo lembrado faz confluír o passado e o presente num único tempo, o do sujeito, aquele que contém a matéria constitutiva de uma identidade social.

Começamos pela evocação verbal da lembrança. Ao narrar o passado, a D. Maria e o Sr. Manuel fazem-no numa língua comum a um colectivo, com um léxico e significados próprios. A partilha das recordações só é possível pela comunicação oral, usando um instrumento colectivo, a linguagem. Esta está associada a convenções e dispositivos que moldam o modo como o passado é lembrado e reconstruído no momento da narração. É esse instrumento colectivo que permite, aliás, comunicar informação – e partilhar emoções – entre quem recorda e quem regista ou lê sob forma escrita a sua recordação.

Quando a D. Maria lembra o seu nascimento, evoca o espaço em que ocorreu, a sua casa perto do Castelo de São Jorge e as parteiras que iam a casa das pessoas. Esta prática era comum aos da *sua criação*, como a própria referiu. A evocação de algo tão pessoal, como o nascimento, foi feita por referência a um espaço social e a uma prática, a intervenção das parteiras, comum a um grupo social, os da *sua criação*. As dimensões pessoais e sociais das lembranças, para aquele que recorda, não existem em separado. É por coexistirem na matéria lembrada, que ambas se validam e se

entrelaçam, para poderem ser evocadas como constitutivas de uma identidade, simultaneamente pessoal e social.

As lembranças que se seguem são feitas por referência ao quadro familiar. O pai e a mãe, *o pequeno lugar de hortaliças* e a *taberninha pequenina* que tinham no Castelo. A dado momento diz: *Passava a senhora fidalga, não me esquece! A gente chamava as senhoras condessas...* A “gente” eram aqueles que partilhavam consigo o mesmo quotidiano, que moravam no mesmo sítio, as condessas moravam *num primeiro andar, ali num palácio...* A D. Maria sabe que as suas memórias são também as memórias da “sua gente”, aqueles que eram da sua classe ou meio social.

As lembranças da escola, do exame da 4^a classe, convocam artefactos: o *mapa grande*, a *ardósia grande*. Dispositivos simbólicos que remontam a um espaço físico, a redes de sociabilidade e de interacção social marcantes na sua trajectória de vida. A um tempo em que: *...tudo tinha mais graça, tudo era mais bonito! Agora isto não interessa a ninguém, cada vez está pior...*

A recordação da morte da mãe e a ida ao Hospital Miguel Bombarda e ao Hospital Júlio de Matos surgem como episódios demonstrativos da dor vivida. Uma dor, em parte provocada por terapêuticas hoje abandonadas, como os choques eléctricos. Apesar da D. Maria insistir que não se importava de tornar a passar por eles.

Os anos que trabalhou na venda consolidam-se nos espaços que refere, no Largo de São Tomé, nas ruas à volta do Castelo de São Jorge, como me referiu noutros momentos. Estes anos asseguram que teve um ofício, um ganha-pão, uma função social, constitutiva de uma identidade construída pelo trabalho; e que se opõe à inactividade experienciada no Lar: *andei, corria tudo, hoje quero andar e não posso!*

Ao ouvir as evocações do Sr. Manuel começamos por vê-lo delinear discontinuidades sociotemporais, ao enumerar práticas ocorridas em tempos diferentes da sua vida. À pergunta em que se inquiria sobre a sua terra, o Sr. Manuel diz-nos que: *naquela altura não havia gasolina...acendiam e iam com bocados de lenha verde a arder na rua, era uma tocha! (...) os lagares antigos, os que eu conheci, uns eram tocados a água, e os outros eram puxados por um animal, um garrano ou um boi a puxar a roda...* São estas imagens que povoam o seu lugar da lembrança, o sítio onde nasceu. A descrição do cultivo do linho serve para nos demonstrar o conhecimento que ainda tem dum ofício que exerceu por muitos anos; um ofício comum aos que como ele trabalharam no campo.

A memória que possui do 25 de Abril, um acontecimento colectivo, está amarrada à experiência do seu irmão, que trabalhava na Emissora Nacional. A sua memória da acção do Movimento das Forças Armadas está ancorada na lembrança do seu irmão a ser expulso da Emissora: *foram lá à noite e correram com eles todos...* Quando se refere ao tempo em que fez serviço militar no Porto, evoca um grande acontecimento da propaganda nacionalista e colonialista estatal dos anos 30, a Exposição Colonial, no antigo Palácio de Cristal. Ao lembrar, o Sr. Manuel sabe que a partilha das suas lembranças será tanto mais definida, quanto mais comuns forem os quadros colectivos que asseguram o seu reconhecimento, e a partilha das suas lembranças com os outros. Daí a sua referência a acontecimentos que se pressupõe serem da experiência ou do conhecimento colectivo, como o 25 de Abril, e a muito propagandeada – e lembrada na própria historiografia crítica do regime – Exposição Colonial. Pressupõe-se que a evocação deste último acontecimento, tão relevante na época, ainda será acessível a quem não o viveu directamente ou dele está muito mais distante do que do 25 de Abril.

Em vários momentos evocados está presente a religião. Conforme me disse uma vez: *eu sou Apostólico, Católico, Romano...* Esta presença não se refere somente à prática da religião, mas é parte integrante daquela que foi e é a sua identidade, desde a lembrança de que foi baptizado; as procissões que ia ver quando podia andar; a participação na Procissão de Nossa Senhora da Saúde, que se realizava na sua aldeia: *São as procissões da Senhora da Saúde... ali em Esposende... é a 15 de Agosto, a 24 de Agosto é em São Bartolomeu do Mar... a procissão corre ali a vila toda... eles todos os anos lá andam, quando a gente podia lá ir... tinha umas primas ali, a gente encontrava-se todos, uma dessas primas já morreu, coitada... (...) já morreram quase todos...* Era no contexto das actividades religiosas que todos se encontravam, perder estes encontros significou perder os laços sociais produzidos e reproduzidos no ambiente da procissão.

Tanto a D. Maria como o Sr. Manuel fazem confluír nas suas lembranças instâncias colectivas e sociais com episódios vividos apenas pelos próprios. As lembranças estão na dependência de *quadros sociais*, a partir dos quais elas são evocadas e localizadas. Os contextos sociais em que estão embebidas as lembranças de cada um são diferentes, e isso faz com que cada um tenha uma identidade socialmente diferenciada. Isso faz com que as lembranças da D. Maria nos remetam para a esfera da família, as relações de vizinhança, enquanto que o Sr. Manuel nos

refere o hábito dos jornais, o posicionamento político; estas diferenças espelham, em parte, papéis sociais diferentes, por exemplo, que mostram como o género é também um quadro constitutivo da memória.

Num espaço como um Lar, uma pequena organização sujeita às rotinas de todas as instituições burocráticas, que tendem a tratar os residentes como uma categoria homogénea – os *utentes* do Lar –, a memória permite a cada um reconstruir e relembrar a sua identidade pessoal, que é o produto da experiência individual da passagem do tempo e da acção do indivíduo sobre essa mesma *experiência*.

Procurámos aqui relacionar três eixos: a velhice, a memória e a identidade. Ser *velho* implica fazer parte duma categoria socialmente constituída, (tal como outras categorias etárias), à qual são atribuídas determinadas características. Estas características são particularmente acentuadas no caso dos lares, as instituições que se especializaram justamente em *velhos*.

O tempo da vida dos residentes antes da ida para o Lar foi sujeito a descontinuidades socioculturais, acompanhadas de ritualizações que asseguravam a passagem de uma categoria para outra: a infância, a vida adulta, a velhice. Isto significa que o tempo de vida biológico foi estruturado por processos sociotemporais. A ida para o Lar afigura-se como um dos momentos constitutivos da *experiência* da temporalidade na vida dos residentes – o último, de modo objectivo e na sua própria percepção das coisas.

Como se mostrou, a relação entre memória e identidade é evocada por vários autores. A temporalidade experienciada pelo indivíduo ao longo da sua vida é, na velhice, recapturada pela memória. O tempo que se viveu não é igual ao tempo lembrado. O contexto em que se lembra, o Lar, possui características funcionais que *moldam* e *desfiguram* as recordações. Mas no que é lembrado, embora seja, em alguns momentos um lembrar sofrido, como quando o Sr. Manuel se lembra de todos os que já morreram, está aquilo que se quer que permaneça. O facto do Sr. Manuel se referir tantas vezes aos que estão ausentes significa que ele sabe que a sua memória também é a memória que com ele partilharam os mesmos espaços de referência, de convívio. A sua memória foi construída colectivamente, no seio da família ou com os colegas de trabalho, e cada vez que o Sr. Manuel recorda está a reconstruir, e a reencontrar a sua experiência individual da passagem do tempo.

Como disse o Sr. Manuel: *o tempo passa-nos por cima da cabeça!* O tempo vivido não é reversível, mas o tempo lembrado permite-nos evocar, e reencontrar,

nem que seja num instantâneo que condensa experiências passadas, identidades – sociais, familiares, de ocupação – ...que aparentemente se perderam no contexto do Lar, quando se passou a possuir as identidades de *velho* e *utente*.

Quando a D. Maria e o Sr. Manuel recordam, eles não são apenas velhos residentes dum Lar, mas são um homem e uma mulher com identidades sociais diferenciadas, reconstruídas pela memória. São sujeitos cuja experiência individual da passagem do tempo é diferente, cuja trajectória de vida no passado é parte integrante da identidade no presente. É precisamente ao evocarem o passado – e por o evocarem – que eles mostram que foram e continuam a ser algo mais do que velhos, transcendendo o presente.

Bibliografia

- Adam, Barbara (1994) *Time and Social Theory*, Cambridge: Polity Press
- Antze, Paul e Lambek, Michael (eds) (1996) *Tense Past: cultural essays in trauma and memory*, London: Routledge
- Berger, Peter L. e Luckmann, Thomas ([1966]1978) *A construção social da realidade*, Petrópolis: Editora Vozes
- Bosi, Ecléa (1995) *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, São Paulo: Companhia das Letras
- Bourdieu, Pierre ([1972]2000) *Outline of a theory of practice*, Cambridge: Cambridge University Press

- Bourdieu, Pierre ([1986]1996) “A ilusão biográfica” in Ferreira, M. M. e Amado, J. (eds) *Usos e abusos da história oral*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas
- Bourdieu, Pierre ([1993]1997) *A Miséria do Mundo*, Petrópolis: Editora Vozes
- Burgess, Robert G. (1997) *A Pesquisa de Terreno*, Celta
- Candau, Joel ([1996]2002) *Antropologia de la memoria*, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión
- Casal, Adolfo (1996) *Para uma epistemologia do discurso e da prática antropológica*, Lisboa: Cosmos
- Casal, Adolfo (1997) “Suportes teóricos e epistemológicos do método biográfico” in *Ethnologia*, Dpt. Antropologia da F.C.S.H., nº 6-8: 87-104
- Connerton, Paul ([1989]1999) *Como as sociedades recordam*, Oeiras: Celta
- David Middleton e Derek Edwards (ed) (1992) *Memoria compartida: la naturaleza social del recuerdo y del olvido*, Barcelona, Buenos Aires e México: Ediciones Piados
- Debert, Guita (1998) “A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade”, in Barros, M. L. (ed) *Velhice ou Terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas
- Fennel, G., Philipson, C. e Evers, H. ([1988]1993) *The sociology of old age*, Milton Keynes e Philadelphia: Open University Press
- Fentress, James e Wickham, Chris (1992) *Social Memory*, Oxford UK e Cambridge EUA: Blackwell
- Fernandes, Ana Alexandra (1997) *Velhice e Sociedade*, Oeiras: Celta
- Ferreira, Maria Leticia M. (1998) “Memória e velhice: do lugar da lembrança”, in Barros, M.L. (ed) *Velhice ou Terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas
- Giddens, Anthony (1987) “Tempo e organização social”, in *Actas do Encontro: A construção social do passado*, Lisboa: APH (Associação dos Professores de História)
- Goffman, Erving ([1963]1988) *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro: Guanabara
- Halbwachs, Maurice ([1941]1992) *On Collective Memory*, Chicago e London: The University of Chicago Press
- Hazan, Haim (1994), *Old Age: constructions and deconstructions*, Cambridge: Cambridge University Press
- Hockey, Jenny e James, Allison (2003) *Social Identities across the Life Course*, NY: Palgrave Macmillan
- Jenkins, Richard ([1996]2003) *Social Identity*, Londres e Nova York: Routledge
- Lallett, Peter ([1989]1996) *A Fresh Map of Life*, Cambridge: Trinity College
- Lima, Antónia e Viegas, Susana (1988) “A diversidade cultural do envelhecimento: a construção social da categoria de velhice”, in *Psicologia*, Vol. 6: 149-158
- Lowenthal, David (1985) *The Past is a Foreign Country*, Cambridge. Cambridge University Press
- Matos, Patrícia (2003) *Ser-se mais do que velho: tempo, memória e velhice no contexto de um Lar*, dissertação de licenciatura, FCSH/UNL
- Nunn, Nancy D. (1992) “The cultural Anthropology of Time: a critical essay”, in *Annual Review of Anthropology*, 21: 93-123
- Olick, Jeffrey K. e Robbins, Joyce (1998) “Social Memory Studies: from ‘collective memory’ to the historical sociology of mnemonic practices”, in *Annu.Rev.Sociol.*, 24: 105-40
- Ortner, Sherry B. (1984) “Theory in Anthropology since the sixties”, in *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 26, nº1: 126-166

- Paterniti, Debora A. (2003) "Claiming Identity in a Nursing Home", in Gubrian, James F. e Holstein, James A. (eds) *Ways of Aging*, Oxford UK e Cambridge EUA: Blackwell
- Pujadas, Juan (1992) *El Método Biográfico: El uso de las historias de Vida en Ciencias sociales*, Madrid: CIS
- Roberts, Brian (2002) *Biographical research*, Buckingham e Philadelphia: Open University Press
- Rodrigues, Maria Joana Pinto (1999) *Viver num Lar: um estudo monográfico da experiência de velhice*, Braga: Instituto de Ciências Sociais (dissertação de mestrado, policopiado)
- Sobral, José (1998) "Memória Social e Identidade. Experiências individuais, experiências colectivas", in Cardim, P. (ed) *A História: entre memória e invenção*, Lisboa: Europa-América
- Turner, Brian S. (1995) "Aging and Identity: some reflections on the somatization of the self", in Featherstone, M. e Wernick, A. (eds) *Images of Aging: cultural representations of later life*, London: Routledge
- Van Gennep, Arnold (1978) *Os Ritos de Passagem*, Petrópolis: Editora Vozes
- Young, Michael (1988) *The Metronomic Society*, London: Thames and Hudson